



GARDA COMERCIAL LTDA.

CNPJ: 64.655.198/0001-24

Inscrição Estadual: 26405638-8

Inscrição Municipal: 9107472

Endereço: Rua Salvador da Silva Porto, nº 94 - Sala 01

Forquilha - São José - Santa Catarina - CEP: 88.106-692

DECLARAÇÃO

A empresa **Garda Comercial**, inscrita no CNPJ sob o nº 64.655.198/0001-24, Inscrição Estadual nº 26405638-8, Inscrição Municipal nº 9107472, com sede à Rua Salvador da Silva Porto, nº94 –Sala 01 – Forquilha - São José – Santa Catarina – CEP: 88106-692, neste ato representada por seu representante legal infra-assinado, declara sob penas da lei:

E-mail para notificação:

AUTORIZO, sob as penas da Lei, que todas as notificações referentes ao presente processo licitatório e futuras contratações poderão ser realizadas pelo e-mail garda.br02@gmail.com, abrindo mão de notificações por quaisquer outros métodos e servindo a cópia do e-mail como comprovante para conhecimento dos atos praticados.

Declaração de concordância com retenção do imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ na fonte:

O fornecedor ao participar da dispensa de licitação aceita a retenção de imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ na fonte pela Câmara Municipal de Nova Friburgo quando da liquidação e pagamento da despesa, devendo emitir a Nota Fiscal com o valor destacado do imposto, com fundamento na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012 e na Instrução Normativa nº 008/2023 do Controle Interno da Câmara Municipal de Nova Friburgo/RJ disponível em <http://cmnovafriburgo-rj.portaltip.com.br/consultas/documentos.aspx?id=57>.

Caso a empresa seja optante pelo Simples Nacional ou esteja em alguma hipótese normativa de isenção ou recolhimento diferenciado do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, deverá prestar as declarações previstas nos anexos da referida instrução normativa nº 008/2023, conforme o caso, quando do envio da proposta reajustada. Caso não envie a declaração de isenção ou recolhimento diferenciado, o valor do Imposto de Renda será retido no pagamento.

Para fins de aferição da vantajosidade na contratação, a proposta ou lance ofertado pelo participante pessoa física deverá contemplar os 20% (vinte por cento) do valor de comercialização correspondente a parcela de contribuição patronal à Seguridade Social devida pela administração. A parcela referida da contribuição patronal deverá ser subtraída da proposta final apresentada pela adjudicatária, quando da liquidação e pagamento e recolhida pela Câmara na forma da legislação específica. (artigo 6º da

Instrução Normativa do Controle Interno nº 002/2023, disponível em:
<http://cmnovafriburgo-rj.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=57> .

São José, 17 de abril de 2026.

Viviana de Espindola
CPF 00863417906
Proprietária